

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 23 de agosto de 2021



Nesta edição:

- *Senado Federal debate Reforma Tributária do Consumo sob a perspectiva dos setores econômicos*

Senado Federal debate Reforma Tributária do Consumo sob a perspectiva dos setores econômicos

O Plenário do Senado Federal realizou Sessão de Debates Temáticos sobre a Reforma Tributária do Consumo sob a perspectiva dos setores econômicos, com a presença de representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Os setores se posicionaram favoráveis ao modelo de IVA-dual que deverá ser proposto no parecer da PEC 110/2019 e apresentaram sugestões de aperfeiçoamento no texto. Seguem as principais manifestações dos convidados:

- **Robson Braga de Andrade, presidente da CNI**
Reafirmou o posicionamento favorável da indústria por uma Reforma Tributária capaz de gerar equilíbrio entre os diversos setores e que permita a retomada do crescimento gerando emprego e renda. Ponderou que a indústria representa 21% do PIB, sendo responsável por 33% dos impostos federais e 41% dos impostos estaduais. Destacou que os sistemas tributários mais avançados do mundo adotam o modelo do Imposto de Valor Agregado (IVA) que é apresentado na PEC 110.
- **Mário Sérgio, gerente de política econômica da CNI**
Afirmou que a Reforma Tributária Ampla, por meio do IVA-dual proposto pelo sen. Roberto Rocha, poderá acelerar o crescimento econômico do país - a reforma é essencial para a retomada econômica. Trouxe o estudo da UFMG em que aponta que o PIB poderá crescer 12% em 15 anos, caso aprovada a Reforma. O estudo mostra um crescimento da produção industrial 16,6% maior, do setor agropecuário 10,6% e do setor de serviços de 10%. Ressaltou que a tributação no consumo retira a competitividade do Brasil em relação ao mundo, uma vez que não são todos os tributos pagos geram crédito passíveis de abatimento no final da cadeia produtiva. Os estudos da CNI demonstram que esse fator gera uma desvantagem de 7,4% do setor produtivo brasileiro em relação ao mundo. Destacou que empresas de pequeno porte no Brasil gastam 1.500 horas por ano para apurar e pagar o tributo, enquanto a média mundial é de 232 horas. Já as grandes empresas podem gastar até 34 mil horas por ano. Afirmou que a CNI é favorável à manutenção da carga tributária total e reconhece que é impossível manter a atual carga tributária setorial, devido às diversas exceções no atual sistema. Quanto à uniformização de alíquotas, afirmou que o texto da Comissão Mista traz uma flexibilidade nos tratamentos para alguns setores, como transporte de passageiros, serviços de saúde e educação. Complementou que a CNI se posicionou favorável como um todo ao texto apresentado na Comissão Mista. Sobre a diferença da tributação de bens e serviços, ponderou que os serviços representam 9% da cesta de consumo daqueles que recebem até 2 salários mínimos, enquanto os mais ricos representam 31%.

- **Roberto Brant, presidente do Instituto CNA**

Reconheceu o bom diálogo estabelecido pelo relator com os diversos setores, o que permitiu retirar impasses na Reforma Tributária do Consumo.

Demonstrou apreensão do setor em uma relação a reforma tributária ampla, caso sejam contemplados aspectos da PEC 45/2019, como: i) definição do produtor rural pessoa física como contribuinte; ii) alíquota única para todos os bens e serviços; e iii) isenção dos insumos agropecuários. Esses fatores serão determinantes para que o setor agropecuário seja favorável ao parecer da PEC 110/2019.

- **Vander Francisco Costa, presidente da CNT**

Destacou apoio da CNT à Reforma Tributária Ampla.

Para ele, o momento não permite a redução da carga tributária e, por isso, reconhece que a desburocratização do sistema será um grande avanço.

Posicionou-se contrário à alíquota única, para não onerar o setor de transportes. Ressaltou a importância da universalidade do aproveitamento de créditos.

- **Gilberto Alvarenga, consultor Tributário da Fecomércio do RJ e representante da CNC**

Ponderou que a complexidade e o número de tributos são pontos a serem revistos e que a PEC 110 tem capacidade de resolver esses problemas.

Questionou a falta de estudos sobre a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A alíquota única precisa ser revista para adequar-se à realidade de cada setor.

O relator da PEC 110/2019, sen. Roberto Rocha (PSDB/MA), reafirmou que apresentará seu parecer até o final da semana e que espera votar o texto até o início de setembro. Durante a sessão, o relator adiantou que seu parecer estabelecerá o modelo de IVA-dual, incidente sobre bens e serviços. Afirmou ainda que seu parecer buscará tributar novas tecnologias, exemplificou com a necessidade de se tributar o comércio eletrônico.



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:

www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI
| Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA